

RESISTÊNCIA NEGRA NA PARAÍBA: USO DE FONTES EM SALA DE AULA

LARISSA BAGANO DOURADO¹

ANGELO EMÍLIO PESSOA²

Resumo

Desde pelo menos três décadas, há uma amplitude nos debates acerca da inclusão da História da África e a história dos negros nos currículos da educação básica. Nesse sentido, em 2004, o Estado implantou a Lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e inclui no currículo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Deste modo, o presente trabalho tem por objetivo apresentar as principais formas de resistência, desde a criação de quilombos, invenções e reinvenções culturais e religiosas, até a participação em diversos movimentos sociais, para, a partir daí oferecer propostas pedagógicas através do uso de fontes em sala de aula sobre tal temática. Tomando como base, estudos de pesquisadores que analisam esta temática, tendo como foco as diversas manifestações paraibanas, e como metodologia, uma análise bibliográfica, este trabalho pretende demonstrar como o ensino da resistência negra e consequentemente à atuação do negro enquanto sujeito histórico atuante é imprescindível para compreensão da influência da população negra na sociedade, e a inserção do alunado em questões que dizem respeito à memória e a tradição de lutas políticas e culturais do povo negro.

Palavras-chaves: Resistência; Negro; Ensino; Paraíba; Fontes.

RESISTÊNCIA NEGRA NA PARAÍBA: USO DE FONTES EM SALA DE AULA

O sistema escravista, que dominou o Brasil por mais de trezentos anos, enraizou nas relações sociais e econômicas deste país profundas desigualdades que perpetuam até a atualidade. O racismo, o preconceito e os estereótipos foram resultantes fundamentados a partir das condições impostas pela escravidão. Depois de muitas campanhas e pressões do Movimento Negro, o Estado brasileiro enfim reconheceu oficialmente tal realidade.

A partir daí, foram criados novos instrumentos para viabilizar a diminuição da desigualdade social, e a criação de um novo modelo de educação, no qual incluía

¹ Graduanda em História na UFPB e bolsista em Iniciação à Docência – PIBID/UFPB

² Orientador Professor Doutor do Departamento de História da UFPB.

a história das ditas “minorias” e leve em conta a diversidade. Um exemplo dessas ações afirmativas é a Lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e inclui no currículo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, depois acrescida pela Lei 11.645/2008 do ensino de História e Cultura Indígena; mas nos limitaremos a essa primeira. Tal medida busca construir uma nova visão sobre o negro brasileiro, no combate ao racismo e a discriminação excludente dos cidadãos considerados negros.

Nesse sentido, o presente trabalho; resultado de questionamentos surgidos no decorrer do curso de formação docente e educação antirracista oferecido pelo NEABI-UFPB³, tem como objetivo fornecer propostas pedagógicas através da utilização de fontes em sala de aulas, para ensino da temática dos principais movimentos de resistência empreendidos pelos negros escravizados na Paraíba. Assim, serão sugeridos modelos de alforria, jornais do século XIX e a iconografia como métodos a serem trabalhados em sala de aula. Apesar de tais documentos não serem produzidos pelos escravizados, tal proposta metodológica foi elaborada no intuito de desmistificar a ideia de acomodação e passividade do negro durante o período escravista. Desta forma, proporcionando discussões acerca das relações etnicorraciais e acesso a conteúdos que possam ser oferecidos aos alunos do ensino fundamental e Médio, em acordo com as exigências trazidas pela Lei 10639/03.

Desde o início do sistema escravista, para romper as limitações impostas pelo regime vigente, os negros escravizados criaram diversas estratégias de resistências. Após serem levados do seu continente pela rede de tráfico negreiro, e ao chegarem ao Brasil, os africanos de etnia semelhante seguiam destinos diferentes, esta era uma das estratégias utilizadas pelos senhores para evitar organizações subversivas. Deste modo, os negros que convergiam para uma determinada localidade, eram oriundos de lugares, línguas, costumes e grupos étnicos distintos e, às vezes, rivais. Entretanto, mulheres e homens escravizados se organizaram, resistindo ao esquecimento e reconstituindo, a partir das semelhanças e diferenças, rituais e festas (e mesmo rebeliões). Ao longo do

³ NEABI; Núcleo de estudo e pesquisa afrobrasileiros e indígenas, o referido grupo esta alocado na UFPB, mas existe em âmbito nacional.

processo escravocrata, a população negra, além de enfrentar, teve de adaptar-se e burlar as imposições às quais era submetido.

O processo de política de alforria foi bastante utilizado na Paraíba como estratégia de resistência dos escravizados na luta pela sua liberdade. Segundo a pesquisadora Solange P. Rocha (2010), existiam inúmeras maneiras de se conseguir a alforria na Paraíba, por meio da autocompra e a concedida pelo senhor, tendo à última, destaque para as três maneiras mais encontradas, são elas: em pia batismal, que consiste na declaração do senhor sobre a liberdade do escravizado no momento do batismo; em testamento, e em carta de alforria, em que deveria conter a assinatura do senhor.

Levando em conta a importância da estratégia descrita acima, o professor poderá apresentar sala de aula, alguns modelos de cartas de alforria que podem ser encontradas na internet e em livros e artigos de pesquisadores desta área⁴. Através desses modelos, o professor deverá abordar a alforria de maneira crítica, podendo destacar, por exemplo, que diversas alforrias eram cedidas a idosos e homens doentes, com intuito de descartar a mão de obra que não poderia mais ser explorada. Além disso, em muitas cartas de alforria o senhor exigia que o “futuro liberto” o “servisse até sua morte”, assim, muitas vezes o escravizado morria antes do senhor, não alcançando sua liberdade. Os pesquisadores dessa temática variam entre fatores econômicos e “sistemas de conveniência paternalista”⁵ para tentar explicar os motivos da concessão das cartas de alforria. No entanto, de acordo com Solange Rocha, vale enfatizar que não existiu um padrão único entre a relação senhor/escravizado para determinar os motivos das alforrias. Assim, essa questão revelava um diversificado conjunto de problemas, que revelava formas muito variadas e mesmo sutis de luta e negociação entre senhores e escravos.

Outra importante forma de resistência no Brasil foram as fugas e formações de quilombos ou mocambos, estes são termos utilizados para determinar as comunidades

⁴ Em relação à Paraíba, podemos destacar o trabalho sobre resistência negra da professora Dra Maria da Vitória Barbosa Lima e em especial sobre alforria com a professora. Dra Solange Pereira Rocha, ambas da Universidade Federal da Paraíba.

⁵ O sistema de conveniências paternalísticas poderia ajudar na manutenção da escravização, já que estimulava o bom comportamento dos escravizados para obterem a liberdade.

de fugitivos. De acordo com estudos de Maria Vitória Lima e André Cabral Honor (2010), os primeiros quilombos da Paraíba possivelmente surgiram no século XVII com a chegada dos holandeses, momento em que muitos índios e escravizados fugiram das lutas entre portugueses e holandeses, e da escravização, para o interior da Capitania. Embora a historiografia destaque apenas a formação dos Quilombos do Cumbe e de Cruz do Espírito Santo na Paraíba, estudos recentes demonstram a formação de quilombos em todas as regiões paraibanas⁶.

Outra fonte importante para tratar esse assunto são os jornais. Assim, propomos a utilização de jornais do século XIX. Após a leitura, a análise e a discussão dessas fontes, o professor deverá apontar os aspectos da resistência negra não somente no que está escrito, mas também nas entrelinhas dos jornais. Ou seja, apontar na fonte a evidência de que a fuga amedrontava os senhores e quebrava a ordem instituída na vila ou cidade, já que os fugitivos atacavam e roubavam engenhos e fazendas.

De acordo com os estudos de Maria Adailza de Albuquerque, ainda permanece nas escolas o pensamento de um quilombo do período colonial, ou seja, apresentando um quilombo constituído unicamente por negros fugitivos, todos localizados em áreas isolados (no interior das matas), e dando a ideia de que todos foram destruídos. A maioria dos autores em seus livros didáticos não se preocupa em apontar a continuidade dessas comunidades quilombolas, sua permanência e as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Mesmo os quilombos coloniais estão sendo pesquisados com maior detalhe (mesmo com a escassez das fontes) e nossa visão sobre os mesmos está sendo modificada no sentido de perceber sua complexidade. As pesquisas históricas e arqueológicas têm trazido novos elementos para entendermos Palmares, por exemplo.

O ensino dessa temática, portanto, deve ser apresentado pelo professor através dessa nova visão sobre essas comunidades, e construída juntamente com os alunos

⁶ No Estado da Paraíba são reconhecidas 34 comunidades quilombolas espalhadas por todas as mesorregiões geográficas do estado, são algumas delas: comunidade de Gurugi, Mata da Chica e Mituaçu (Conde), Paratibe (João Pessoa), Matão (Gurinhém), Vertente, Caiana dos Crioulos e Zumbi (Alagoas Grande), Engenho Bonfim (Areia), Livramento (Livramento), Pitombeira e Talhado (Santa Luzia), Contendas (São Bento), Lagoa Rosa (Catolé do Rocha) e Triunfo (Triunfo). (MOREIRA apud ALBUQUERQUE, 2010, p. 30).

depois de reflexões acerca de o que foram e o que são os quilombos. Primeiramente é preciso explicitar que os quilombos, durante Colônia e Império, não eram formados exclusivamente por negros fugitivos; dentro dessas comunidades podiam se encontrar índios, escravizados libertos, pessoas fugitivas da justiça ou brancas livres pobres.

Em segundo lugar, deve-se desmistificar a ideia do isolamento geográfico como uma “regra” em que todos os quilombos se encaixam. Mesmo no período colonial, essa prerrogativa não existia, já que havia uma comunicação entre os quilombolas e os demais grupos que constituíam a sociedade. Segundo a pesquisadora Maria Vitória Lima (2010), os quilombos não se limitavam à ocupação das matas e dos “sertões paraibanos”⁷, existiam também em “quilombos urbanos”, ou seja, um local dentro do espaço urbano, onde se criavam laços de experiências culturais e de solidariedade, como no bairro Jardim e no Jaguaribe na cidade da Parahyba, atual João Pessoa.

Em relação à atividade em sala de aula, é interessante apresentar aos alunos os quilombos que existem mais próximos da sua região, sua localização, sua história e sua contemporaneidade.

É importante trabalhar com os alunos partindo das noções construídas nas suas relações sociais. Assim, devemos interroga-los sobre o que pensam a respeito de quilombos para, depois, se necessário, desconstruir as noções fundadas em conceitos elaborados no período escravista e que trazem, em si, características equivocadas e estereotipadas, para que possamos reconstruir e sistematizar um saber sobre os quilombos, fundado nas novas abordagens teóricas. (ALBUQUERQUE, 2010: 24)

Logo, é de suma importância que os professores acompanhem os debates políticos, culturais e acadêmicos, sobre os temas que eles abordam em sala de aula para deste modo, desconstruir ideias já ultrapassadas na contemporaneidade, podendo contribuir para reflexões e discussões acerca das relações etnicorraciais, e a experiência, a vivência e a contribuição da população negra para formação do povo brasileiro.

⁷ Segundo Maria Vitória Lima, até o século XIX, entendia-se por “sertões paraibanos” toda a área que não fazia parte do distrito da capital e de Mamanguape.

Em relação à religião e às práticas religiosas, a resistência negra encontrou dois caminhos para se fortalecer. A primeira nas manifestações religiosas de tradições africanas, com as crenças nos orixás e outras divindades, e a segunda na religiosidade cristã, por meio das irmandades negras católicas.

Primeiramente, as irmandades negras foram formadas por homens escravizados que tinham contraído conhecimento cristão, no entanto, viam nesses espaços, não só oportunidades para a participação na vida cotidiana social, mas também, um cenário de reinvenção e expressão cultural-religiosa. Apesar de muitos negros terem se convertido ao catolicismo, os ritos e festejos foram reelaborados, incorporando à religião cristã, traços característicos culturais do continente negro. Os resistentes à conversão ao catolicismo participavam das irmandades com o propósito de adquirir uma liberdade social e também, para exercer sua religião de origem, relacionando assim, os santos aos orixás.

Entre os diversos espaços urbanos da diáspora, africanos e seus descendentes encontraram nas irmandades católicas um espaço onde podiam se reunir de forma mais ou menos autônoma, reconstruindo suas identidades.(FARIAS, 2006: 103)

Na Paraíba, apesar de obter característica local, as irmandades negras eram semelhantes às de outras regiões do Brasil. De acordo com Naiara Alves, elas estavam concentradas nas microrregiões do litoral, do brejo e do sertão. Tendo, a maioria destas, como padroeira Nossa Senhora do Rosário. Além dessas irmandades, outra forma de resistência negra encontrada na Paraíba no período escravocrata, foi a reinvenção do catimbó-jurema⁸, tal resistência religiosa se deu pela mistura de elementos culturais entre negros e indígenas.

As manifestações religiosas, sendo elas através das irmandades ou advindas das religiões tradicionais africanas, refletiam características culturais, sociais, políticas das

⁸ Culto de origem indígena, vinculado à árvore de mesmo nome, que tem o agreste e a caatinga nordestina seu habitat natural. A partir da década de 60 do século XXI, na Paraíba, passou um intenso processo de troca e reelaboração com a umbanda e, posteriormente, com o candomblé.

sociedades africanas que contribuíram profundamente para a formação da sociedade brasileira. Sendo assim, torna-se necessário o ensino destas manifestações como forma de resistência, visando o conhecimento e reconhecimento da identidade negra, bem como, para suscitar o debate a respeito da diversidade religiosa.

Partindo desse debate sobre diversidade religiosa que deverá ser abordada em sala de aula, vale apresentar aqui, a pesquisa do professor Dr. José Luciano de Queiroz Aires da UFCG, referente às iconografias de santos e santas católicas, da Bíblia sagrada e de rituais de religiosidade praticados em escolas públicas de Campina Grande. Não distinta da realidade das demais cidades da Paraíba, em várias escolas públicas de Campina Grande podemos encontrar tais elementos dentro do ambiente escolar, representando assim a “moral cristã” e simbolizando a legitimidade cristocêntrica. Portanto, cabe não só a secretaria de educação do estado, como também aos educadores, funcionários e professores olharem a escola como um ambiente de diversidades e não de um templo sagrado de qualquer que seja a religião, abolindo assim qualquer representação religiosa na decoração da escola, promovendo o debate e o respeito da diversidade religiosa.

Diante de tudo que já foi exposto, incluímos também, a importância de trabalhar em sala de aula a participação dos escravizados em movimentos sociais como forma de resistência, participação essa que embrionou a formação de grupos sociais negros propriamente ditos.

As mulheres e homens escravizados atribuíam significados políticos e culturais aos movimentos em que se inseriam, entravam em cena lutando pelas suas causas, se opondo ao sistema escravocrata vigente, contra os maus tratos sofridos, as precárias condições de vida e trabalho, lutavam por liberdade.

Como exemplo dessa participação em movimentos sociais na Paraíba, pode-se citar o Quebra-Quilos⁹. Iniciado em 14 de novembro de 1874, o movimento contou com

⁹ Segundo Ariane de Sá (2005), o de Quebra-Quilos foi um movimento que eclodiu em 1874, em Fagundes, povoado próximo à Campina Grande, na Paraíba, e logo se alastrou para outros estados, como

a participação negra a partir do dia 04 de dezembro. Segundo Luciano Mendonça de Lima, “nesse intervalo de tempo, eles [os negros escravizados] mediram os prós, os contras e as implicações de uma ação coletiva.” (2009, p. 160). Perceberam o momento de grande acirramento social e procuram tirar proveito da situação, já que o controle e a vigilância por parte dos senhores e das autoridades, encontrava-se enfraquecido.

A participação do grupo de negros escravizados teve início a partir do episódio de invasão de uma propriedade próxima a Campina Grande, conhecida como Timbaúba. A propriedade era do presidente da Câmara Municipal, Bento Gomes Pereira Luna, e estava sendo utilizada pelo mesmo e alguns conhecidos como refúgio. Ao chegarem na localidade, os escravizados exigiam das autoridades que se encontravam na fazenda os “papéis de liberdade”. Os escravizados aprisionaram as autoridades e os levaram até a cidade em busca dos tais papéis. A notícia rapidamente se espalhou e a perseguição aos negros foi montada.

Como foi dito acima, os escravizados davam significados políticos e culturais aos movimentos que participavam, e assim fizeram com o Quebra-Quilos.

Diferentemente dos populares, que dias antes chegaram gritando ‘abaixo os impostos’ e ‘morra os maçons, viva a religião católica, desta vez os escravos entraram na cidade entoando suas próprias palavras de ordem de ‘viva a liberdade’, como que expressa novas demandas sociais e políticas em um contexto histórico maior. (LIMA, 2009:161).

A sublevação de negros escravizados ou libertos também é notada no movimento social paraibano denominado Ronco da Abelha¹⁰, ocorrida alguns anos antes de Quebra-Quilos. Insatisfeitos e com medo de uma possível escravização ou

Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Os revoltosos lutavam contra a implantação do novo sistema métrico implantado, contra a nova lei de recrutamento e contra a cobrança do imposto de chão.

¹⁰ Segundo Ariane de Sá, o Ronco da Abelha foi um movimento que eclodiu em 1851-52, que envolveu a participação não apenas da Paraíba, mas também de Pernambuco, Alagoas, Ceará e Sergipe. A causa do movimento teria sido a não desconfiança e não aceitação dos decretos 797 e 798, por parte da camada popular.

reescravização, com a aprovação dos decretos 797¹¹ e 798¹², boa parcela das camadas populares, inclusive negros escravizados e libertos, se levantaram contra tais decretos.

Pode-se destacar a participação de negros, escravizados, livres e libertos, dentro do movimento abolicionista, principalmente a partir da segunda metade do século XIX.

Nessa conjuntura histórica, esse tipo de envolvimento reflete o grau de aprendizado político em que os negros se encontravam, o que resultaria mais tarde na formação de grupos sociais que lutariam contra o racismo, as desigualdades, o preconceito, etc. como é o caso do Movimento Negro.

O Movimento Negro Unificado, dentre inúmeros outros, vêm conquistando com muita luta os direitos básicos para a manutenção da cultura negra. Tanto no campo das artes, como no do trabalho e da educação, as políticas públicas têm-se mostrado de maneira mais frequente, não só na mídia, mas também no cotidiano das famílias negras de todo o Brasil. A luta dos movimentos negros, dentre outras conquistas, conseguiu a aprovação do Artigo nº. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, o qual confere aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando as suas terras o reconhecimento à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Mesmo havendo movimentos negros organizados, a exemplo do Movimento Negro da Paraíba, surgido em 1978, pela necessidade de lutar em defesa dos direitos do povo negro e para ajudar a acabar com o racismo no Estado, há uma carência no tocante a inserção da figura da população, como sujeito histórico na sala de aula, mesmo após a aprovação da lei 10.639/03. Nesse sentido, podemos destacar a importância dos vários Movimentos Negros na contribuição da formação docente acerca das relações etnicorraciais.

¹¹ Segundo Ariane de Sá (2005), o decreto estabelecia a realização do primeiro censo do Império brasileiro.

¹² Segundo Ariane de Sá (2005), o decreto tirava do clero a responsabilidade pela elaboração do Registro de Nascimento e de Óbito, e passava para o Estado.

Todas as formas de resistência negra expostas acima podem também ser abordadas em sala de aula através do uso de iconografias. Tais fontes podem ser encontradas pelos professores, a partir de livros didáticos, por exemplo, que são ricos em imagens que na maioria das vezes não são utilizadas pelos professores como método de ensino, consistindo apenas em ilustração em não em documentos para serem tratados criticamente. Digamos que o professor escolheu gravuras onde o escravizado está sendo castigado. Primeiramente, se faz necessário uma leitura crítica das imagens, e no decorrer formulem questionamentos e estabeleçam um diálogo entre o professor e o alunado. Posteriormente, o professor deverá estimular os alunos a entenderem o que não está dito nessas imagens, ou seja, o que está nas entrelinhas. “Por que os escravizados estão sendo castigados?”. Esse será o ponta pé inicial para demonstrar como o povo negro não eram passivo à condição imposta pelos senhores, e que a resistência fazia parte do cotidiano dos escravizados desde o instante em que eles foram submetidos a esse sistema.

O tema proposto pelo trabalho, no caso a resistência, é instigante para ser trabalhado em sala de aula, nesse sentido, o professor de História tem propriedade para utilizá-lo e desconstruir muitos fatos históricos nos quais os negros aparecem sempre como submissos, inferiores ou bárbaros, colocando-os como protagonistas de suas histórias como também da história, que também é a história do Brasil.

Com isso, fica nítido que os frutos da escravidão: o racismo, a discriminação, o preconceito etc. podem ser extintos em longo prazo com a promoção de – entre outras políticas – mudanças concretas na educação escolar. Por isso, visando quebrar a tradicional exclusão social, têm sido discutidas diretrizes norteadoras para a educação no Brasil, graças aos movimentos sociais de resistência negra, que entendem como uma necessidade o estímulo de valores e de comportamentos democráticos, a fim de que se respeitem as características e diferenças dos grupos étnicos e raciais, seja ele indígena, negro, asiático ou europeu.

Referências

AIRES, José Luciano de Queiroz. Sala de aula não é igreja, “birô” de professor não é altar. In ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega, et.al.(Orgs). **Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico**. Editora da UFCG, 2010.

ALBUQUERQUE, Maria Adailsa Martins de. Territórios quilombolas: um trabalho possível na escola pública paraibana. In ROCHA, Solange Pereira, FONSECA, Ivanildes da Silva (org). **População negra na Paraíba: educação, história e política**. Editora Campina Grande: EDUFCG, 2010.

ALVES, Naiara F. Bandeira. Irmandades negras na Parahyba imperial: impressões e reflexões. In: COSTA, Robson Xavier da; NETO, Martinho Guedes dos Santos (orgs.). **Pesquisa em História: temas e abordagens**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2009, p. 37-57.

CHAGAS, Waldevi Ferreira. A temática da África e do (a) negro (a) na sala de aula. In ROCHA, Solange Pereira; FONSECA, Ivonildes da Silva (Orgs), **População negra na Paraíba: Educação, história e política**. Editora da UFCG, Campina Grande, 2010.

LIMA, Luciano Mendonça de. Escravidão, liberdade, pobreza e rebeldia no contexto do Quebra-Quilos. In: CURY, Cláudia Engler, MARIANO, Serioja Cordeiro (Orgs), **Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos**. Editora Universitária da UFPB, João Pessoa, 2009.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Os quilombos na Paraíba Colonial e Imperial**. DIGITADO. UFPB, 2010.

MOREIRA, Alecsandra Pereira da Costa; MARQUES, Amanda Christinne Nascimento; RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. **Os Movimentos Sociais Negros e a serção do Negro no Mercado de trabalho da Paraíba**. Disponível em <<http://www.redesrurais.org.br>> Acesso em 14/11/2012.

PIMENTEL, Fábio Luiz. **Das religiões de matriz africana e indígena como espaço de resistência política e cultural no Estado da Paraíba**. João Pessoa, TCC (Monografia), UFPB – Campus I, 2010.

ROCHA, Solange Pereira. Como [de] ventre livre nascera: uma análise de cartas de alforria na Paraíba oitocentista. In PINTO, Regina Pahim; SILVÉRIO, Valter Roberto, ROSEMBERG, Fúlvia (Orgs), **Relações Raciais no Brasil: pesquisas contemporâneas**. Editora Contexto, São Paulo, 2010.

SÁ, Ariane Norma de Meneses. **Escravos, livres e insurgentes Parayba (1850 – 1888)**. Editora Universitária UFPB, João Pessoa, 2005.

SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. **Rosário dos Pretos de Sobral – CE: Irmandade e festa (1854 -1884)**. Fortaleza: Edições NUDOC, 2007.